

ARTIGO

FENÍCIOS, SAMBAQUIS E MARAJÓ OS PRIMÓRDIOS DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL

*José Bittencourt**

RESUMO: O artigo procura estabelecer relação entre a construção do imaginário nacional, os primórdios da arqueologia no Brasil, as fontes que originaram tal prática e o papel exercido pelo Museu Nacional, fundado no Rio de Janeiro em 1818. O processo de construção do imaginário nacional, acontecido ao longo de todo o século XIX, deu origem aos elementos que permitiram a elaboração de uma representação da Nação brasileira que abarcava não apenas o território físico, como também o passado. Ao longo do texto são examinados alguns casos particulares e como estes influenciaram o pensamento dos profissionais envolvidos no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário; Nação; Museu; Ciências naturais; Arqueologia.

ABSTRACT: The paper seeks to establish links between the process of making a National imaginary and the beginnings of Archaeology in Brazil, the sources of that practice and the role of Museu Nacional (National Museum), founded in 1818 in Rio de Janeiro. The process of making a National imaginary, that occurs during the whole Nineteenth Century gave place to the elements that made a representation of Brazilian nation that embraced not only the national territory as well as the national past. The paper will examine some cases in detail and how these cases have influenced the ideas of the scientists involved in the process.

KEY WORDS: Imaginary; Nation; Museum; Natural Sciences; Archaeology.

* Doutor em História, Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Este texto é o desenvolvimento de uma das questões levantadas em nossa tese de doutorado, intitulada "Território largo e profundo: as coleções de museus no Rio de Janeiro como representação do território nacional, 1808-1889".

Introdução - o palco das mil vaidades

A construção do Estado nacional no Brasil é tarefa que se dá ao longo de todo o século XIX, no Brasil. Este tema, à esta altura já muito visitado, admite desdobramentos bastante interessantes, visto que a formação do Estado imperial se reflete em diversos campos da vida social e política. A cultura é um desses, talvez dos mais importantes, visto que nele desenha-se com clareza a identidade nacional (GELLNER, 1993:10). O campo da cultura é, por excelência, um campo de construção simbólica, e os cenários e personagens que nele transitam expressam os ideais que os diversos atores políticos aspiram para si mesmos e para o palco em que atuam.

O objeto - o Museu Nacional serve a civilização estudando a natureza

Neste processo, a criação de instituições que constituam um “campo cultural” pode ser considerada crucial. Falamos aqui de instituições que são concebidas para atuar como criadoras e agenciadoras de símbolos. O espaço de um artigo é curto para discutir a formação do campo cultural durante o período imperial, mas é suficiente para lembrar que todas as principais instituições de tal campo cultural foram “herdadas” do período de permanência da Corte portuguesa no Brasil, e se remetem à tradição estabelecida nos setecentos portugueses, em particular a partir do período pombalino. Instituições como a Academia Imperial das Belas Artes, o Museu Real (depois Nacional) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro serão de suma importância no que tange à operação da cultura dita “erudita” como matriz de um imaginário que, em certos casos, até nossos dias é fonte da identidade nacional (BITTENCOURT, 1988:15-17). Embora essas agências atuassem, até certo ponto, de maneira coordenada (muito embora tal coordenação nem sempre fosse intencional, e muito menos desejada), e de tal atuação resultassem, no mais das vezes, produtos em tudo semelhantes, este artigo se interessará por uma delas: o Museu Nacional. Trata-se de uma das mais tradicionais instituições científicas estabelecidas no Brasil, e tem sido, nos últimos anos, muito estudada em pesquisas universitárias (SCHWARCZ, 1993; BITTENCOURT, 1997; LOPES, 1997), dada sua

importância na consolidação das atividades científicas no Brasil. Sua origem remonta ao ano de 1818, quando D. João VI,

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das Ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do Comércio, da Indústria e das Artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza. [resolve] por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real (Decreto de criação do Museu Nacional, apud BITTENCOURT, 1997:97).

O Museu Real sobreviveu às tribulações da independência e persistiu em suas atividades ao longo de todo o século XIX. Embora fosse uma instituição de pequeno porte, e tenha sempre lutado com grandes dificuldades para cumprir suas tarefas (falta de pessoal treinado, falta de verbas, disputa com outras agências), essas características não podem ser consideradas determinantes, quando se trata de estabelecer a importância da repartição. Digamos que esta acabou conseguindo ser muito maior do que os estreitos limites do prédio situado no Campo de Santana. Embora os especialistas que pesquisaram sobre o tema não cheguem a concordar sobre qual é exatamente, no sentido estrito, tal importância, todos concordam que o projeto civilizatório das elites brasileiras (das quais os funcionários do Museu ou faziam parte ou eram clientes) passava pela existência de tais instituições. Estas, no conjunto alinhavam o país às nações consideradas “modernas”, às quais pretendiam as chamadas (pela historiografia) classes senhoriais igualar a nação recém-fundada. De forma resumida, podemos dizer que as instituições ligadas às artes e às ciências “davam visibilidade” ao estado de civilização que, segundo pretendiam as elites dirigentes do Estado, teria sido atingido pela Nação. Este objetivo geral parece ter sido inteiramente compreendido e incorporado pelos servidores das diversas agências, que o expressam nos textos que nos chegaram. Parece ser o caso de Ladislau Neto, claramente colocado na abertura do livro “Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional”. Nessa obra, uma espécie de memória sobre as origens e características da instituição mesclada com catálogo de objetos expostos, em determinado momento o futuro diretor afirma que ter museus modernos é característica das capitais e das nações progressistas (MELLO E NETTO, 1870:6).

Desenvolvendo o objeto - sempre uma disputa de poder

Assim, não restam dúvidas que os museus cumpriam funções ligadas ao campo da produção cultural, e que tais funções estavam ligadas à construção do arcabouço ideológico que, ao longo dos oitocentos, deu sustentação ao Estado imperial. Tais funções, como foi dito acima, se plasmavam em uma – dar visibilidade ao estado de civilização alcançado pelo Império do Brasil – mas eram detalhadas pelos servidores de cada repartição e alcançavam graus de especificidade bastante altos. A criação de tarefas específicas era uma das formas através das quais os servidores estabeleciam domínio sobre o recorte do campo de produção cultural em que atuavam. E a clara delimitação desses campos é uma tarefa de que os servidores não descuidavam. Vejamos um exemplo.

Ladislau Netto, botânico por formação, ativo servidor do Museu Nacional a partir de 1866 e desde 1870 seu diretor, sempre pareceu preocupado com tal delimitação. Como todos os eruditos do período, ele tinha sólidos conhecimentos teóricos e metodológicos sobre a disciplina histórica e sobre o papel do documento, como inscrição humana intencional na realidade, exercia na construção dessa disciplina. Só que Ladislau parecia pensar que o lugar dos documentos, das inscrições intencionais, não era o museu de história natural. A repartição tinha pouco espaço e carecia de recursos e de pessoal. Mas a leitura dos arrazoados do cientista indica, antes de tudo, certa preocupação em não misturar áreas de atividade, esferas de influência.

Como afirmar isto? Descrevendo a saleta nº 9, no catálogo anexo a seu livro, o então diretor da seção de botânica descreve de maneira detalhada dezenas de objetos legados ao museu por próceres do Estado imperial - a começar pelos antepassados do soberano: móvel com moedas, estátua de Miguel Angelo feita por um “talentoso escultor brasileiro”, bustos de SS. MM. II., modelo em marfim de um junco chinês, cópia em madeira marchetada do templo do Santo Sepulcro, modelo de uma máquina a vapor feita por um fazendeiro alagoano, vitrine com modelos de oficinas de trabalho do século XVIII, armas de guerra de “nossos autóctones” (MELLO e NETTO, 1870:284-286). Ladislau, embora procure passar ao leitor uma idéia geral dos objetos, não apresenta, sobre eles, os mesmos detalhes que sobre os itens de história natural. E, fechando a seção, sugere que [...] *na seção de que ora nos ocupamos, acham-se incluídas as artes liberais. Como, porém poderá continuar o Museu Nacional a ocupar-se de matérias tão amplas, e ao mesmo tempo tão heterogêneas, se para as ciências*

naturais [...] de tanto ainda carece e com tamanhas dificuldades forceja para convenientemente curar? (MELLO e NETTO, 1870: 286)

Ladislau sugere, quase diretamente, que a história estaria melhor fora do museu. Entretanto, no final do período imperial, começamos a observar o rápido crescimento, nos limites da repartição, do interesse por certas “inscrições intencionais”. Embora em momento algum os servidores tivessem deixado de falar em fazer a repartição funcionar como um repositório das riquezas naturais do país, outras questões passaram a ser intensamente abordadas, e parecem ganhar espaço na atenção dos eruditos servidores. São questões que dizem respeito ao passado do território, questões que, aparentemente, sempre preocuparam os agentes envolvidos com a construção da memória: resume-se o passado do país a densas florestas e índios, mais, ou menos selvagens?

Esse repentino interesse pelo passado que não esteja circunscrito a vastidão do “tempo geológico” (expressa, por exemplo, no interesse por fósseis) tem ligações com o colapso do programa romântico como matriz da cultura brasileira, a partir da década de 60, dos oitocentos. A rigorosa construção da história pátria, centralizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, teve forte influência do romantismo que se implantou no país a partir da atuação de homens como Araújo Porto Alegre, Salles Torres Homem e Gonçalves Dias. Estes eruditos, dentre muitos outros, buscavam estender o passado da pátria não apenas a tempos muito remotos, mas também a limites que, por vezes, estão fora do território físico da Nação. Afinal, se ser moderno, naquele momento, era ter uma história, ter uma história implicava em poder exhibir documentos e monumentos, aqueles testemunhos da veracidade do que se conta, e estes legados do passado às gerações futuras. (LE GOFF, 1983:76-77)

A questão - onde estão nossos monumentos?

A preocupação por localizar civilizações desaparecidas e cidades arruinadas sempre frequentou a imaginação dos desbravadores do território. Tratava-se, em última análise, de encontrar monumentos que aproximassem o Brasil, país de pouca história, do passado de nações cuja antiguidade ia mais longe. Na imaginação dos eruditos brasileiros, o passado do território estaria cheio de sinais da passagem de representantes de civilizações antigas, ou da própria existência de civilizações

possivelmente autóctones. Percorrer as páginas da Revista Trimensal de História e Geografia, órgão do IHGB, é deparar com diversos testemunhos dessa verdadeira “caça à quimera”: possíveis inscrições antigas na serra da Tijuca, cidades perdidas no interior da Bahia, naus gregas em Cananéia, tudo merecia dos membros da imperial academia de história alguma atenção, e um parecer (BITTENCOURT, 1997:305-312).

De fato, não era apenas o Instituto Histórico que investia tempo e energia na busca por indícios de uma história mais antiga que os meros trezentos e tantos anos do país. Já observamos que a atuação das diversas agências produtoras de conhecimento se dava de maneira coordenada e, vias de regra, os servidores também faziam parte do quadro social do Instituto Histórico. Vejamos como isso acontecia, na prática, por intermédio de um episódio um tanto hilário: o envolvimento de Ladislau com os fenícios.

O diretor do museu, segundo nos conta, com alguma ironia, Batista de Lacerda, *Chegou a sonhar com a vinda dos Fenícios à América e obcecado por esta idéia, que lhe saltou à mente como uma fagulha nas suas leituras sobre o período pré-colombiano da América, ele atirou-se com sofreguidão a colher todos os indícios que pudessem sufragar essa hipótese.* (LACERDA, 1905:112) O empenho do diretor acabaria por lhe render aborrecimentos, visto que arrolou testemunhos falsos, sem a devida comprovação, e os fez divulgar de maneira apressada, envolvendo o museu num sério equívoco. Por volta de 1880, Ladislau recebeu uma carta que comunicava existir, num lugar chamado Além-Parnaíba, próximo do Rio de Janeiro, uma estela com inscrições fenícias. Traduzidas rapidamente foram divulgadas na Europa, onde especialistas acabaram colocando a veracidade da descoberta em dúvida, o que fez o episódio virar motivo de piadas. Segundo os jornais da época, o fato fez com que o imperador fechasse ainda mais a carranca.

Ladilau não pode, entretanto, ser acusado de desonestidade. Imprudência, talvez. Mas não deixa de ser estranho que um rigoroso cientista como ele tenha se dado ao luxo de tal engano. O fato é que as antiguidades “respeitáveis” sempre haviam sido uma espécie de fixação para as classes superiores do Império do Brasil, a começar por seu imperador. Este costumava a brindar o museu com objetos originários da Antiguidade clássica, provenientes de escavações em Pompéia. *O grande interesse de D. Pedro II pela antropologia contribuiu para a implantação das primeiras entidades oficiais destinadas a ter um papel relevante na arqueologia brasileira. O monarca enriqueceu o Museu Nacional, onde estão depositadas coleções de material*

européu e africano de algumas das primeiras escavações pré-históricas realizadas no mundo [...] (PROUS, 1989:7).

Se, por um lado, saiu-se mal com os fenícios, Ladislau pode ser citado por outros sucedidos menos comprometedores. Autores de importância, no campo da arqueologia brasileira, lhe atribuem o início da reunião sistemática de coleções arqueológicas (BELTRÃO, 1978:185). De fato, o relatório do ano de 1882 informa que o diretor viajou, por conta própria, às províncias do Norte, para estudar questões relativas à etnologia e recolher objetos.

[...] realizou o distinto funcionário interessantes explorações, já desentranhando das necrópoles ante-colombianas da ilha de Marajó urnas funerárias cuja escultura e pintura revelam cultura intelectual e notável adiantamento da indústria cerâmica, nunca atingidos por outra tribo do Brasil; já recolhendo nos aldeamentos dos Turinaras e Tembês [...] no sul da província [do Pará] numerosos vestígios da vida primitiva dos Tupis; já finalmente coligindo no vale superior do rio Capim esqueletos e artefatos. (BRASIL, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1882).

O próprio Ladislau chama atenção para seu interesse pela arqueologia do Império. Segundo ele mesmo trata de informar, desde 1867 estava empenhado em reunir material arqueológico, através de contribuições de cidadãos de todos os pontos do império. E, em 1885, a consolidação do Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas reconhecia que

É instante a necessidade de armários e outros móveis para guarda e exposição de objetos do Museu Nacional. Por este motivo não se verificou ainda a abertura dos salões do pavimento térreo, num dos quais será exibida a notável coleção arqueológica coligida quase toda [pelo] Diretor Geral da Repartição. (BRASIL, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1882).

O que significa que os apelos do diretor devem ter sido muito bem sucedidos, pois, segundo o artigo que Ladislau fez publicar nos “Archivos do Museu Nacional”, em 1880, quando lhe veio à mente a patriótica idéia da Exposição Antropológica Brasileira, [...] *avultavam consideravelmente as antiguidades aborígenes sob este influxo colhidas, contando-se por*

centenas de artefatos de pedra e por muitas dezenas de espécimes de vasos ou de fragmentos de vasos que possuía o Museu Nacional". (MELLO E NETTO, 1885:70)

Embora crescessem as coleções, os artefatos eram colhidos sem grande sistemática, por cidadãos entusiasmados, mas despreparados para os trabalhos da ciência. Era, por sinal, o problema do museu com relação a quase todas as suas doações. É este o motivo da queixa formulada no relatório de 1881, no qual ficou registrado que a repartição continuava a receber, de todos os pontos do Império, objetos de maior ou menor valia, que o diretor dizia nunca recusar, para não interromper o caudal. Segundo o servidor

[...] bem poucos são aqueles que compreendem o que mais útil pode ser a um museu, acontecendo quase sempre que indivíduos instruídos [...] me enviem uma pedra ou uma raiz só porque simulam a forma de um animal [...] e deixam de remeter amostras minerais da localidade, sementes e plantas indígenas, machados de pedra, objetos enfim de valor real [...]

(BRASIL, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1882)

Sistematização, era o que o museu precisava. Não podendo, por outro lado, “interromper o caudal”, restava a solução de apelar para profissionais, tanto quanto e sempre que possível. Assim, apelava-se à colaboração dos naturalistas estrangeiros, então grandemente dedicados à etnografia e à arqueologia. Sábios como Hartt, Wiener, von den Steinen, foram incentivados a seguir para os sítios arqueológicos de interesse. Quais são tais sítios?

Os sambaquis, por exemplo. Ladislau pode ser citado como tendo sido um dos primeiros cientistas brasileiros a dar atenção aos sambaquis - os “casqueiros”, como se dizia na época.

Desenvolvendo a questão - enfim, monumentos e antepassados veneráveis

Os sambaquis são, hoje em dia, um dos ícones do imaginário ancestral da Nação brasileira. Em suma, tratam-se de grandes depósitos de restos alimentares, produzidos por gerações de atividade de povos primitivos. Com o passar do tempo, esses locais também passaram a servir de sítio funerário. Embora abundem por todo o litoral brasileiro, desde o norte até o sul, os sambaquis não existem apenas no Brasil, mas

também na Europa, tendo sido descritos pela primeira vez na Dinamarca, por um naturalista chamado Worsaae. A proposição deste que aqueles ajuntamentos eram obra humana seguiu-se uma intenso debate entre os sábios de então, alguns concordando com tal hipótese, outros achando-a tola. Quem decidiu a questão foi o naturalista dinamarquês Peter Lund, em 1852. A opinião de Lund baseava-se nas observações que tinha feito em torno dos sambaquis brasileiros. Só que a opinião desse cientista natural não foi divulgada no Brasil, de modo que o debate, aqui, não avançou em nada (PROUS, 1989:7-8).

Ladislau teve sua atenção despertada pelo assunto por volta de 1875, tendo enviado expedições a Santa Catarina, que recolheram objetos em sítios ameaçados de destruição. Em 1876, o naturalista viajante Ferreira Penna realizou, a pedido de Ladislau, cuidadoso levantamento dos sambaquis do Pará. Este levantamento acabou publicado nos "Archivos do Museu Nacional", edição de 1876. Ferreira Penna exprime sua preocupação com a "exaustão" desses sítios. Referindo-se a um deles, o do Vianna, diz que *tem sido muito trabalhado e explorado [...] as camadas de conchas estão muito perturbadas e não se elevam já a mais de 1,20 m, julgando-se pelos cortes feitos. Ainda assim, são lá encontrados muitos fragmentos de louça grossa dos antigos indígenas* (PENNA, 1876:90). Daí para diante, a importância dos sambaquis como sítios arqueológicos não parou de aumentar, chegando a ponto de atrair o interesse do próprio imperador que, em 1888, acompanhou o naturalista alemão Rath até São Vicente, e testemunhou a exumação de esqueletos e restos cerâmicos (PROUS, 1989:8). Em 1881, Batista de Lacerda realizou alguns estudos com base em crânios recolhidos em sambaquis, tecendo comparações com o material recolhido por Lund em Lagoa Santa. Suas conclusões foram publicadas nos "Archivos", e uma das principais (que seria discutida durante mais de meio século) é aquela que tenta estabelecer um tipo antropológico para o homem pré-histórico que constituiu aqueles sítios (LACERDA, 1885:189-200). Essa hipótese tem sido contestada em diversas oportunidades, mas o que importa aqui é observar o fato de que Lacerda, botânico, volta-se decididamente para a antropologia física, e mais ainda, numa curiosa tentativa de achar similitudes físicas nos habitantes pré-históricos do território do Império. Não chega, por outro lado, a tentar estabelecer continuidades culturais. Ele considera que tais estudos não são científicos, limitando-se a descrever os diferentes povos (SCHWARCZ, 1993:75).

O desconhecimento, no Brasil, de técnicas adequadas à pesquisa

arqueológica, bem como (e talvez principalmente) o interesse econômico despertado pelos “casqueiros” constituíram, na segunda metade do século XIX, obstáculos à exploração arqueológica sistemática desses sítios. Sua exploração era também facilitada pela inexistência, durante o Segundo Reinado, de qualquer legislação destinada a proteger monumentos históricos.

Apesar do interesse do Imperador D. Pedro II pelos estudos históricos, durante seu reinado nenhuma providência foi tomada para organizar efetivamente a proteção aos monumentos nacionais. Na Monarquia, e mesmo depois do advento da República, alguns escritores sensíveis ao problema, como, por exemplo, Araújo Porto-alegre, Araújo Viana e Afonso Arinos, encareciam a necessidade de medidas para a proteção do patrimônio, mas não alcançaram maiores resultados (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, 1980:13).

Apesar de terem sido realizadas explorações sistemáticas no século XIX, os principais trabalhos realizados em torno de tais sítios terão de esperar pelo século seguinte.

O Museu Nacional transita em direção à arqueologia, e, por esta via, à etnografia e à antropologia. Repetimos que o papel de repositório das riquezas naturais não é descartado, mas, aparentemente, colocado a segundo plano. Antes de tecer quaisquer considerações sobre a nova vocação da repartição, examinemos um terceiro evento arqueológico de importância - os sítios marajoaras.

Chegando à questão central - natureza versus civilização

Esses sítios foram descobertos, originalmente, na ilha de Marajó, no Amazonas, e se caracterizavam por conterem cerâmica de excelente qualidade. Foi exatamente a alta qualidade da cerâmica policroma descoberta na região da ilha chamada “do lago Arari” que a tornou mundialmente conhecida, o que acabou por provocar escavações desordenadas e a destruição de vários sítios (PROUS, 1989:478-479).

O sítio marajoara mais conhecido, no século XIX, é o do Pacoval, que atraiu a atenção de vários cientistas naturais, entre os quais Hartt e o próprio Ladislau (que esteve explorando a região). Trata-se de um “teso”, um aterro artificial situado às margens de um riacho ou lago. O material

recolhido no teso de Pacoval, situado no lago Arari, forneceu argumentos para diversas especulações dos servidores do Museu.

Ferreira Penna foi o primeiro a chamar atenção para a riqueza do Pacoval. Lendo os relatórios e tomando contato com o material enviado por Penna, Hartt, um geólogo norte-americano inteiramente enfronhado na arqueologia, colaborador do Museu Nacional, resolveu interessar-se pelo assunto. São dele os primeiros estudos sistemáticos sobre os restos materiais oriundos daquele “teso”. Interessou-se particularmente pelas tangas de barro policromado encontradas lá, e essas tangas resultaram num artigo publicado em 1876, no número de estréia dos “Archivos”. Trata-se de uma descrição dos objetos, na qual não chega a nenhuma conclusão definitiva (HARTT, 1876:42). Em vários momentos, Hartt declara-se surpreendido com a qualidade da manufatura das tangas que, segundo ele, pode perfeitamente ser comparada, em habilidade, às louças asiáticas das regiões mais desenvolvidas. O comentário é notável, visto que Hartt dificilmente se pronunciava sobre algum assunto sem antes ter refletido longo tempo. Entretanto, seus trabalhos não tiveram seguimento, pois morreu menos de dois anos depois, em 1878.

Em 1877, um artigo não assinado descreve e tece comentários em torno de duas urnas retiradas intactas do Pacoval (BRASIL, Museu Nacional, 1877:71) Também se trata de matéria descritiva, que chama atenção para a alta qualidade da manufatura dos objetos. Até esse momento, as principais observações feitas em torno da cerâmica marajoara frisam a qualidade da manufatura. Em um segundo momento, começaram a surgir comparações com as culturas andinas. Ladislau desenvolveu uma complexa tese de continuidade entre culturas do Golfo do México, dos Andes e do norte brasileiro. Ele afirma que tal hipótese foi levantada pela primeira vez por Humboldt, e que vários testemunhos materiais parecem confirmá-la. *Na seção anexa que abrange a Numismática, a Etnologia e a Arqueologia [...] grande impulso há tido a parte arqueológica brasileira [...] cujas coleções alinham entre as mais importantes do mundo.* (BRASIL, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1882) As coleções, aquela altura, já tinham se tornado volumosas e suficientemente descritas para permitir o surgimento de teses, algumas das quais se enraizaram profundamente no imaginário erudito do país.

A tese de Ladislau parte do princípio que existiria continuidade entre os habitantes brasileiros pré-colombianos, as culturas superiores pré-colombianas e os povos da Ásia Central.

Muitos autores [...] à frente deles Humboldt, não encontrado grandes analogias entre os povos que ocupavam, na invasão colombiana, o México e os países circunvizinhos [...] com as nações que foram [...] sucessivamente repelidas do extremo oriental do solo asiático pelos invasores provindos das regiões centrais da Ásia, na direção do Oeste para o nascente. A afinidade das crenças e dos conhecimentos astronômicos, as homologias dos ciclópicos monumentos, as similitudes, ainda que vagas, das línguas, tudo parece confirmar esta suposição. Ora, a região meridional cisandina que compreende o Brasil e as repúblicas do Prata, conquanto não apresentem monumentos pelo qual seja possível ligá-la às nações do México, da Guatemala e do Iucatán, sempre pareceu ter traços de afinidade com aqueles povos, mostrando-os ao mesmo tempo mais visíveis e mais notáveis com os Peruanos, Chilenos e Bolivianos. [...] (BRASIL, *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1882*)

A cultura de Marajó teria, neste sentido, parentesco com incas e astecas, e até mesmo com as civilizações asiáticas (não tinha sido possível, até aquele momento, provar afinidade com gregos ou romanos). Como restassem alguns problemas na demonstração dessa tese - a ausência de cidades ou monumentos, por exemplo -, o cientista brasileiro agarrou-se aos traços mais evidentes: a qualidade dos objetos e a habilidade técnica dos produtores. Entretanto, conforme aprofundam-se as pesquisas, outros problemas iam surgindo. Um deles, observado por Orville Derby, o fato de que o material de mais alta qualidade encontrado no teso do Pacoval estava nos estratos inferiores; o dos estratos superiores eram de qualidade decepcionantemente baixa (PROUS, 1989:491). As famosas tangas só apareciam nos níveis inferiores. Este problema não avexou Ladislau, que encontrou em possíveis guerras, bem como dificuldades advindas do meio ambiente, a explicação para a decadência dos povos pré-históricos brasileiros.

Não há dúvida de que o solo americano recebeu mais de uma vez, e porventura desde épocas mui remotas povos emigrados das costas asiáticas; e imensas e renhidas lutas se empenharam [...] resultando daí emigrarem os vencidos, das localidades que haviam escolhido por pátria para novas regiões donde não mais os viessem repelir seus antigos irmãos de proscricção [...] Este fato suponho haver-se dado pelo menos na foz do Amazonas. A ilha de Marajó penso que recebeu em seu seio e foi por muito tempo asilo e pátria de uma nação ou tribo assim expelida do alto do México ou de alguma das regiões ribeirinhas do grande golfo. Atestam-no os depósitos cerâmicos exumados nesses últimos tempos [...] semelhantes, sob muitos

aspectos aos que deixaram as nações povoadoras das costas ocidentais do golfo. Uma linha de afinidade pode ser traçada do México até Marajó, mas não prossegue para o litoral brasileiro, mas prossegue pelo vale do Amazonas, como testemunham vasos encontrados frequentemente, muito superiores em qualidade às igaçabas das tribos de outras províncias do Brasil. Tudo isso parece indicar que os imigrantes do golfo do México, ou do próprio México, depois de se haverem fechado na ilha de Marajó e nas margens adjacentes, foram obrigados pelas enchentes [...] pelas febres intermitentes ou por guerras de extermínio, a deixar aquela estância e subir rio acima. [...] ainda mais impressiona ponderar que a essa sequência natural de idéias serve de fecho o aparecimento, em época não muito afastada dessa peregrinação no Amazonas, da dinastia dos Incas nas margens do Titicaca [...] (BRASIL, *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, 1882)

O estado de civilização das populações originais do Império seria explicável pela decadência provocada por fatores como os descritos no arrazoado de Ladislau. Os indígenas de então seriam, pelo menos em parte, descendentes abastardados de culturas superiores que teriam peregrinado pelo Amazonas. Não apenas o isolamento em meio ao ambiente inóspito, mas o ataque dos povos selvagens acabava por fornecer a explicação definitiva: a civilização encontrava seus limites - diante dos quais não apenas não passaria, mas regrediria - nas características do território.

É interessante observar que a tese levantada pelo diretor do Museu Nacional recolheu subsídios em diversos outros estudos realizados pelos servidores da repartição, na mesma época. Já citamos os estudos de Hartt e de Ferreira Penna. Podemos também voltar a Batista de Lacerda e a seus queridos crânios - e cérebros.

Lacerda não enveredou pela arqueologia - pelo menos não se encontram reflexões de sua autoria sobre o tema. Mas foi um grande interessado na antropologia física, e os estudos que tinham como objeto em sua maioria, os índios brasileiros. Assim, no quarto volume dos "Archivos", encontramos um artigo sobre os crânios de Maracá (LACERDA, 1881:56). Trata-se de uma cultura funerária localizada em 1871, no atual Amapá. O material localizado lá é de muito boa qualidade, constituindo-se de urnas antropomorfás e zoomorfás. Lacerda descreve e compara dois crânios existentes na coleção do museu, procedentes desse sítio. Acaba por afirmar que *as linhas dos crânios apontam para um grupo étnico definido, de características diversas das de outras tribos amazônicas. As linhas são*

mais suaves e bem definidas que as dos crânios dos Botocudos (LACERDA, 1881:60). Lacerda tinha tomado os botocudos como alvos preferenciais de seus estudos. Anos depois, a braços com uma coleção de cérebros destes índios, o dedicado servidor teve confirmadas as suspeitas que já vinha alimentando: os botocudos se colocavam entre as raças mais notáveis por seu grau de inferioridade intelectual, e não havia grandes chances de colocá-los no caminho da civilização (LACERDA, 1885:204). Mas se, por um lado, os dados legados pelo devassamento do território apontavam algumas conclusões desanimadoras, por outro permitiam inferir que nem tudo tinha sido selvageria, e que havia algo que poderia fazer localizar no passado do Império algumas fontes mínimas de civilização.

As teses de difusão cultural que Ladislau parece esposar não são inteiramente descabidas, e estudos mais modernos¹ concordam que havia intensa troca entre as diversas culturas amazônicas, embora não sustentem a tese da origem andina (PROUS, 1989:490-491). Entretanto, Ladislau jamais chegou a renunciar à sedução da “origem européia”. Assim, em 1882, o egiptólogo francês Paul l’Epine, trabalhando no Museu Nacional, passou a identificar na cerâmica marajoara hieróglifos egípcios, chineses, indianos e mexicanos, e criou complicadas tábuas comparativas para provar sua tese. Embora tenha sido mais cauteloso desta feita, Ladislau publicou o trabalho de l’Epine, que acabou tendo divulgação razoável. Suas teses, embora consideradas estapafúrdias pelos especialistas, enraizaram-se no imaginário culto brasileiro, a ponto de, ainda hoje, ser possível encontrar amadores que afirmam a origem grega do padrão decorativo da cerâmica do Pacoval.

Cruzando objeto e questões - construindo uma representação

Os três casos que examinamos parecem se cruzar, quando comparados, e apontam algumas questões em torno da evolução do Museu Nacional. Não é possível deixar de encontrar em Ladislau Neto o ponto final de consolidação do museu como instituição produtora de

¹As teses levantadas na década de 50 pelos arqueólogos Clifford Evans e Betty Meggers não diferem, basicamente, das de Ladislau, partindo do pressuposto da origem andina. Megers e Evans aceitam, inclusive, a tese da “degeneração artística”, embora procurem não levantar especulações em torno dos motivos. (V. por exemplo, MEGERS, Betty, *América pré-histórica*. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 1979).

conhecimento, embora não possamos deixar de relativizar sua importância. A questão principal, nos parece, é que Ladislau encontra uma função para a repartição, num momento em que a formação social brasileira, em seus aspectos políticos e econômicos, passava pela viragem do fim do tráfico. O museu colocou-se, quase exclusivamente pela energia de Ladislau, na vanguarda possível da produção científica brasileira, acompanhando, com razoável êxito, as mudanças que os museus, nos centros desenvolvidos, estavam passando. A função de repartição de assessoramento econômico do governo nunca tinha sido cumprida integralmente (embora também não tivesse deixado de ser cumprida) pelo fato de exigir uma quantidade de recursos maior e em fluxo mais estável do que o governo provinha. A arqueologia e a antropologia permitem estudos científicos com recursos menores, visto que as coleções existentes no museu servem perfeitamente para que as pesquisas fossem feitas na própria instituição. Os estudos de ordem econômica exigiam, como vimos, além de instalações dispendiosas² - os laboratórios - um fluxo constante de amostras recolhidas por profissionais; exigiam também que a repartição dispusesse de quadros extremamente preparados, o que nem sempre era possível.

Além disso, o trabalho com a arqueologia/antropologia dava conta da problemática da evolução do homem. Segundo Luís de Castro Farias, estes estudos passaram a ser, *a partir da segunda metade do século XIX, o domínio de investigação de maior reconhecimento social, considerando-se, inclusive, as resistências de cunho religioso.* (FARIAS, 1993:33). Era também, queremos acrescentar, um domínio de investigação que interessava sobremaneira a todos os eruditos nacionais, pois seus estudos contribuíam para estabelecer a posição do país no conjunto do Ocidente, que é uma das questões ideológicas centrais do período, diria que par a par com a questão da purificação racial. Que Lacerda estudasse crânios e cérebros indica, certamente, a incorporação, nos museus etnográficos, de teses evolucionistas, o que *permitiu explicar cientificamente as diferenças, classificar as*

²O último relatório emitido no período imperial - o do ano de 1888, publicado em 1889 - dá conta de melhorias necessárias no prédio, nas instalações e equipamentos e demanda pela instalação de um aquário, pedido que já havia sido feito em outras ocasiões (V. *Anexos* ao Relatório apresentado à Assembléia Geral na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro, RJ : Typ. Nacional, 1889).

espécies, localizar os pontos de atraso [...] atestavam as especificidades desse “exótico país”, mas também ajudavam a comprovar a origem do problema racial. (SCHWARCZ, 1993:240) Mas o estudo dos botocudos, ou de qualquer outro grupo étnico, não fazia alcançar o passado nem o explicava.

Assim, no interior do museu, a história, que Ladislau considerava não ter lugar ali, era substituída pelo passado científico plasmado pela arqueologia e pelas coleções. Trata-se de um passado de domínio da repartição, visto que aqueles que o interpretavam - e por conseguinte, o dominavam - não eram historiadores, mas cientistas naturais, cuja formação estava acima de qualquer dúvida. *É bastante revelador o fato de que em textos da época (c. de 1880), Hartt seja sempre referido como geólogo, designação profissional já socialmente reconhecida, enquanto J. B. de Lacerda e Rodrigues Peixoto, formados em medicina, sejam referidos como naturalistas.* (FARIAS, 1993:34) No museu não há bacharéis, mas cientistas, ao contrário de em outras agências, onde a história é feita tal e qual uma prática literária. Os sambaquis, as grutas, as coleções arqueológicas tornaram-se importantes por permitirem o estudo científico do passado com base em provas tangíveis. Tais provas são “inscrições intencionais”, quer dizer, não fazem parte da natureza, mas têm uma característica que as joga no domínio dos naturalistas - não podem ser interpretadas pela leitura. Pela divisão estabelecida pela escola alemã, à qual os eruditos brasileiros procuravam implementar, pertenciam aos domínios da pré-história. Ou seja, a rigorosa crítica aplicada aos documentos, recomendação do historicismo alemão, não era possível com relação aos objetos extraídos dos jazimentos arqueológicos. Mas os objetos, por si mesmos, não tinham valor. Somente o exame dos dados que pudessem ser extraídos conduziria a conclusões, mas como trabalhar objetos sobre os quais não eram apostos dados compreensíveis? Tão somente com os recursos das ciências. Ao contrário dos documentos guardados em arquivos, até mesmo a retirada desses materiais do solo exigia técnicas especializadas. As técnicas elaboradas pela geologia seriam, desde o início, bastante úteis para os primeiros arqueólogos que, frequentemente, tinham sua origem na “ciência da terra e do solo”.

A intensificação das escavações começou, a partir de meados do século passado, a constituir coleções. O início das pesquisas arqueológicas, no Brasil, remonta ao dinamarquês Peter Lund, que explorou centenas de grutas em Minas Gerais, entre 1834 e 1844. Lund era sócio do IHGB e comunicava regularmente suas descobertas à academia de história. Entretanto, existem registros de descobertas

arqueológicas isoladas, cujos produtos eram encaminhados ao Instituto e atraíam certa atenção. Mas o que não se encontra, ainda, é a constituição sistemática de coleções. Muito embora Maria Graham, viajante inglesa tenha, em 1823, chamado atenção para a existência de coleções de armas e vestuário indígenas no Museu Nacional (Graham apud BITTENCOURT, 1997:123), não se registram estudos sistemáticos até os anos setenta dos oitocentos³. Nessa época intensificou-se a prática de escavações em diversas partes do território do Império.

A constituição de coleções tornou possível que os estudos pudessem acontecer no espaço do Museu Nacional, muito embora a observação *in loco* fosse indispensável (daí a importância das viagens). Combinados os dois métodos, tornou-se possível desenhar o passado do território físico. Esses dados, interpretados e reordenados, deviam ser instalados de modo a representar um espaço maior mesmo que o território: o espaço nacional. Fora do museu isto não seria possível.

Trata-se de uma questão mais ampla, como dissemos em outro lugar, do que os estritos limites do Museu Nacional. A construção do espaço nacional é, acima de tudo, uma construção simbólica. A extensão física do território, sua amplitude, não é apreensível pelos sentidos, pois estes não a alcançam. O museu, como o mapa, oferece uma alternativa para tal limitação: num espaço bem delimitado, é possível percorrer o território nacional, e com uma vantagem adicional, que os mapas não oferecem – é possível “ver” o tempo. Esse conceito foi formulado pelo francês Renouvier em 1876: “o tempo transformado em espaço” (Renouvier, apud DELOCHE, 1989:54). Os museus, por sua natureza, possuem certa obrigação de visibilidade imediata - seriam, pois uma espécie de centro de memória para o futuro, ocupados em tornar visível o passado através da sistematização daquilo que foi possível salvar dele. Organizado, o espaço museal torna-se um discurso, no qual as unidades menores são os itens expostos. As coleções mineralógicas, o herbário (o museu possuía um), as salas de exposição repletas de itens da natureza nacional - tudo conduzia à uma grande representação do território do Império em potência. Já as coleções de arqueologia

³Embora os estudos arqueológicos na Europa tenham tomado grande impulso com a descoberta de Pompéia na primeira metade do século XVIII, o interesse por objetos antigos ocultos pela terra remonta ao século XVI, com o antiquarismo, mania que varreu a Europa e tem relação com o Humanismo. O interesse por objetos pré-históricos é bem posterior, e a constituição deste tipo de coleções data do século XIX.

representavam o território em seus aspectos temporais, e indicavam pistas em torno dos antepassados. Neste ponto, devemos observar que os antepassados da “boa sociedade” já estavam determinados - e representados no museu, mas pelos itens que Ladislau propôs, em mais de uma ocasião, que fossem retirados do Museu. Este é o território da história, campo de outras agências. Recuar mais no tempo, recuar até os limites que exigem auxílio de disciplinas científicas como, por exemplo, a geologia, não significava sair do tempo da Nação, ao contrário. Significava estender o imaginário nacional até um tempo mítico, no qual, embora não houvessem europeus presentes, haviam homens, por seus feitos, dignos de lembrar. Neste ponto, concordamos inteiramente com Afonso Carlos Marques dos Santos: diz este especialista que, para se discutir, produtivamente, os temas da memória e da história,

trata-se [...] de discutir também o aposto nacional tanto num caso como em outro. O ‘nacional’ pressupõe que há um campo epistemológico previamente demarcado a partir da ‘Nação’, tomada enquanto dado ahistórico. A nação, nesta perspectiva, é percebida como algo que existiu sempre ou cuja origem já era latente, num passado que se pretende remoto. (SANTOS, 1987:9)

A reflexão de Santos poderia, sem grandes alterações, ser aplicada aos cientistas do Museu Nacional. Não é outra coisa o que fazem senão demarcar o campo da Nação, a partir de quantidades aparentemente intermináveis de vestígios - e, quando falamos nos vestígios, não falamos apenas nas urnas, machados de pedra e possíveis inscrições: falamos também em exemplares da natureza, capazes de, interpretados e organizados, colocar a Nação no centro do mundo. Mas prossigamos escutando Marques dos Santos: *Não é por razões meramente didáticas que a periodização da história brasileira se inicia com o “descobrimento” do Brasil, o que pressupõe uma existência do objeto Brasil antes mesmo do processo de conquista e colonização do território pelos europeus. O espaço politicamente demarcado no século XIX como estado independente é tomado como um dado que, projetado no passado, torna-se o referencial fundamental para a própria pesquisa histórica.*” (SANTOS, 1987:9. Grifo nosso) Diríamos, concordando e, modestamente, complementando Marques dos Santos que, torna-se um referencial fundamental não apenas para a pesquisa histórica, mas para a pesquisa adjetivada como científica levada a cabo pela imperial repartição de história natural. O conhecimento do passado do território torna

possível que as grandes questões do presente sejam dimensionadas e - quem sabe? -, resolvidas. A costurar passado e presente, o “espaço politicamente demarcado”. O conhecimento científico acaba por contribuir para a demarcação imaginária de um espaço que, diríamos, não é atemporal, mas sempre existiu no tempo. Parece ser exatamente a opinião do (então) futuro diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, quando pergunta *por que não admitir antes alguma equívocação ou imperfeição nesses estudos, tanto mais quanto sabemos já terem sido analisadas as plantas fósseis da bacia carbonífera do Rio Grande do Sul pelos eminentes professores ingleses [...] que lhes dão por congêneres as plantas fósseis típicas do carvão europeu?* (MELLO E NETTO, 1870:177)

Vemos aqui que Ladislau se refere ao Rio Grande do Sul, parte integrante do território do Império, para referir-se a fósseis legados por idades imemoriais. Tinha ele em mente o problema dos combustíveis, que naquele tempo, preocupava a maior parte das cabeças pensantes nacionais. Uma questão estritamente afeita às ciências naturais, mas ainda assim, nela se cruzam duas temporalidades – a geológica e a do recorte nacional. A segunda temporalidade é a de um território construído por um movimento histórico e seus desdobramentos, delimita a abordagem das questões científicas, tanto quanto das históricas. Movimento no qual Ladislau, como agente produtor, se colocava.

Lidamos, portanto, com a complexa problemática da construção da memória, e mais, da construção de um repositório no qual a memória esteja acessível, quando necessária. O Museu Nacional se constituiu e estruturou obedecendo um programa rígido, elaborado fora de seus limites, sob a supervisão de uma entidade que paira sobre ele - o Estado. Tal entidade

[...] era [definida] como um território [...] dominando a totalidade de seus habitantes e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente, seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente, e não através de sistemas intermediários de dominação [...] Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território [...] Crescentemente, esse Estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz [...] e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como, por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. (HOBBSAWN, 1991:101)

No caso em questão, falamos de funcionários públicos, servidores do Estado, teoricamente pagos para cumprir uma função bem especificada. Entretanto, devemos lembrar que esses funcionários eram também cidadãos, em princípio atuando por espontânea vontade. O Estado os “escutava” - ao menos em teoria -, e os mobilizava, quando necessário, em trabalho muitas vezes voluntário. No caso específico, era desses funcionários a responsabilidade de construir, imaginariamente, o território sobre o qual o Estado dominará e administrará. A memória do Estado brota do trabalho dos servidores que nele acreditam - quase como uma religião. Mas brota do imaginário elaborado, em sua área de especialidade, por esses servidores.

Se esta disposição houvesse sido convenientemente tomada [*fazer com que os governos provinciais enviassem itens ao Museu Nacional*], já poderia apresentar este Museu uma espécie de exposição permanente de elementos utilíssimos para o estudo da Fauna, da Flora e da natureza geológica do Brasil. Poderia sobretudo oferecer aos impulsos da indústria nacional as espécies zoológicas e botânicas mais úteis à economia rural e às numerosas indústrias que daí podem nascer[...] (*BRASIL, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1886*)

O que significa construir “imaginariamente”? Estamos pensando no significado mais simples - uma construção baseada em imagens, que são selecionadas segundo critérios, quer dizer, conservadas umas, descartadas outras (o que é a essência da atividade dos museus e arquivos - selecionar e descartar). Mas pode ser também, numa vertente mais complexa, “uma história inventada” (CASTORIADIS, 1982:31-33). Não significa dizer que a “invenção” não fosse baseada no que havia de mais rigoroso, no que tange as normas da ciência. Neste sentido, a observação da natureza era complementada pelo rigor metodológico, herança distante da prática ilustrada, e tinha sido acrescentada pelas exigências de teorias as mais modernas. E completava seu circuito na exposição, que o diretor do Museu não deixa de citar - o que já é indício de importância.

Por conclusão - o palco em tudo cabe

Mas tal exposição não deixava de ser uma “história inventada”, representada num palco monumental, onde cabiam tanto as inumeráveis

espécies de insetos e peixes nacionais, madeiras, animais pré-históricos, os índios de talento quase asiático e os vestígios de civilizações superiores que, apesar nunca realmente encontrados, não deixaram de ser, por muito tempo, procurados.

E, nesta trajetória, juntava-se o que lembrar, e juntavam-se informações que poderiam ser úteis, no futuro. A memória ganhou, entre as quatro paredes do modesto edifício do Campo de Santana, um de seus mais legítimos suportes. Transformou-se em território, largo, em sua imensidão, e profundo, em sua temporalidade. Nos limites definidos pelas salas, o território pôde ser apreendido, mas também comemorado. Ainda que frisado o rigor científico, ainda que entendido o papel do Museu Nacional na institucionalização das ciências naturais no Brasil (LOPES, 1997: I e II), é impossível não pensar naquele prédio e em suas coleções como monumentos, no sentido atribuído a este conceito por Le Goff. Embora concordemos, em geral, com as teses levantadas por Lopes em seu trabalho já referencial sobre o Museu Nacional, ainda assim cabe perguntar se Ladislau, bem como os outros servidores que o antecederam e seguiram, não teriam em tela, como função da ciência em geral e do Museu em particular, comemorar a Nação. Não nos parece ser menos que um enorme monumento o que Ladislau tinha em mente, quando dizia que

Nós que vivemos circundados pelos mais viçosos e mais belos primores da criação; nós cujos olhos e cujos ouvidos já não se fartam das maravilhas que tudo sobrelevam e das harmonias que se desprendem por estas terras em fora e por estes ares acima - caminho do Céu, como louvores perenes ao eterno, por que não havemos de possuir no único museu que legado nos foi pelos nossos maiores um traslado fiel de tanta magnificência, de tanta riqueza e formosura quais as que adornam a terra que nos foi berço?(MELLO E NETTO, 1870:150)

O Museu Nacional, ao longo do século XIX, não foi tão somente um templo comemorativo. Cumpriu função de inegável importância, porque se não o tivesse feito, teria, podemos apostar, desaparecido, como desapareceram inúmeras comissões e sociedades que não conseguiam definir a si próprias (como a Comissão Científica de Exploração e a Sociedade Vellosiana). Como bem observa Afonso Marques dos Santos, *O conceito de “nação”, independente de todas as definições criadas a partir do século XIX, está irremediavelmente vinculado a uma dimensão pragmática, cumprindo papel*

decisivo para “formar a base da organização política dos Estados territoriais”, como observa Hobsbawn. (SANTOS, 1987:9).

Construir um território imaginário, suporte da memória de um Estado cuja formação está vinculada à construção da Nação, eis a função cumprida por três gerações de dedicados servidores do Museu Nacional. Dimensão mais pragmática, não conseguimos imaginar.

Bibliografia

- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Forense/Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 1978.
- BITTENCOURT, José N. *Da Europa possível ao Brasil aceitável: A construção do imaginário nacional na conjuntura de formação do Estado Imperial, 1808-1850*. Niterói, RJ : UFF-ICHF-Depto. de História, 1988. Dissertação de mestrado não publicada.
- _____. *Território largo e profundo: as coleções de museus no Rio de Janeiro como representação do território nacional, 1808-1889*. Niterói, RJ: UFF-ICHF-Depto. de História, 1997. Tese de doutoramento não publicada.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Relatório à S. Ex. Sr. Conselheiro José Antonio Saraiva Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e interino dos da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Dr. Ladislau Netto*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, DF: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1980.
- BRASIL, Museu Nacional. “Observações sobre duas urnas (fg. 3ª e 4ª) descritas e figuradas pelo senhor João Barbosa Rodrigues em seu artigo - Antiguidades do Amazonas - inserto na revista Ensaios de Sciencia.” In: *Archivos do Museu Nacional* (nº 2-1877). Rio de Janeiro, RJ : Typ. Nacional, 1877.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982).
- DELOCHE, B. “Museologia e instituições museológicas como agentes ativos da mudança: passado, presente e futuro.” In: *Cadernos Museológicos* (nº 2.-set./dez.-1989). Rio de Janeiro, RJ : Fundação Nacional Pró-Memória, 1989.

- FARIAS, Luís de Castro. "Domínios e fronteiras do saber: a identidade da arqueologia." In: FARIAS, Luís de Castro- *Antropologia- espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993.
- GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1993.
- HARTT, Carlos Frederico. "Notas sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da ilha de Marajó." In: *Arquivos do Museu Nacional* (nº 1-1876). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional, 1876.
- HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.
- LACERDA, João B. de. "Craneos de Maracá - Guiana Brasileira - Contribuição para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil." In: *Arquivos do Museu Nacional* (nº 4-1881). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional, 1882.
- _____. "O homem dos sambaquis." In *Arquivos do Museu Nacional* (nº 6-1885). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional, 1885.
- _____. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1905.
- LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento." In: ROMANO, Ruggiero(dir.). *Enciclopédia Einaudi* (vol.1). Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1983.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.
- NETTO, Ladislau de Souza Mello e. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Philomática, 1870.
- _____. "Investigações sobre a arqueologia brasileira." In: *Arquivos do Museu Nacional* (nº 6-1885). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional, 1886.
- PENNA, Domingos S. Ferreira. "Breve notícia sobre os sambaquis do Pará." In: *Arquivos do Museu Nacional* (nº 1-1876). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional, 1876.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, D.F.: Ed. UNB, 1989.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "Memória. história, nação: propondo questões." In: *Tempo Brasileiro* (nº 87-out./dez.1987). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1993.

